

## **PLANO ANUAL DE AUDITORIA – 2020**

### **1. INTRODUÇÃO**

Trata-se da apresentação do Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício 2020, previsto na Resolução nº 171/2013, art. 9º, II, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A atividade de auditoria, prevista no inciso I do art. 2º da Resolução nº 171/2013-CNJ, compreende o *“exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos”*.

### **2. OBJETIVO**

O presente PAA tem como objetivo estabelecer o planejamento das atividades de auditoria, no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), para o exercício de 2020.

Por meio das ações de auditoria previstas no PAA serão realizadas avaliações dos procedimentos organizacionais, da gestão de contratos, administração de recursos humanos e pagamentos diversos, entre outros.

Tais ações visam à otimização dos procedimentos, evitando erros ou práticas ineficazes, quando da gestão dos recursos envolvidos nos processos a serem analisados.

Para elaboração deste PAA, levou-se em consideração os trabalhos e as práticas utilizadas ao longo do tempo, que serviram para indicar os procedimentos internos que necessitam da intervenção desta Auditoria Interna.

### **3. AÇÕES DE AUDITORIAS**

As auditorias previstas para o exercício de 2020 abrangem as áreas relacionadas no Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quais sejam: Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; Avaliação de controles internos; Avaliação de resultados; Gestão das contratações; Gestão de recursos humanos; Gestão da tecnologia da informação.

As ações de auditoria para 2020 estão relacionadas em três anexos, a saber:

Anexo I – Procedimentos organizacionais do Tribunal;

Anexo II – Recolhimentos do FRJ extrajudicial (auditorias presenciais);

Anexo III – Recolhimentos do FRJ extrajudicial (auditorias virtuais).

Por fim, o PAA permanece aberto para outros trabalhos de Auditoria que venham a ser demandados pela Administração conforme a conveniência e oportunidade.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO**

A equipe de auditoria atuará de acordo com as normas previstas na Resolução nº 171/2013-CNJ, aplicando-se a metodologia e as técnicas adequadas a cada tipo de auditoria realizada.

As auditorias previstas neste plano devem observar as seguintes fases:

##### **4.1 PLANEJAMENTO**

Na fase de Planejamento, será realizado levantamento de dados, bem como da legislação aplicável e das informações necessárias para o conhecimento do objeto de auditoria.

A partir dessa análise preliminar, será definida a extensão dos exames, metodologia, técnicas e natureza dos trabalhos a serem executados que, por sua vez, subsidiarão a elaboração das questões de auditoria e os critérios a serem adotados.

As informações colhidas servirão como referencial para elaboração da Matriz de Planejamento que, por meio de questões de auditoria, direcionarão a operacionalização dos trabalhos para atendimento aos resultados pretendidos.

##### **4.2 EXECUÇÃO**

Na fase de execução dos trabalhos, também conhecida como trabalho de campo, buscar-se-á reunir evidências confiáveis, relevantes e úteis por meio de técnicas de auditoria, previamente definidas na fase de planejamento.

Nessa etapa, serão constatados os achados de auditoria, que consistem na diferença oriunda do confronto entre critério utilizado e a situação verificada.

#### 4.3 RELATÓRIO

O Relatório de Auditoria é a peça final de todo o processo, onde são relatadas evidências e achados de auditoria, que poderão resultar em recomendações e, se for o caso, determinações a serem implementadas nas áreas auditadas.

#### 4.4 ACOMPANHAMENTO

Considerando que a auditoria é um processo de constatação e de avaliação, esta produzirá efeitos na medida em que houver a implementação das ações de melhoria em relação às situações apontadas em relatório.

A fase de acompanhamento das recomendações é um processo contínuo e compreenderá o monitoramento das ações de implemento ou justificativa de impossibilidade apresentada pela unidade auditada.

### 5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

As auditorias de avaliação e de acompanhamento de gestão foram selecionadas, considerando os critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, sendo:

- I – materialidade – representatividade dos valores orçamentários ou recursos financeiros/materiais alocados e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos;
- II – relevância – importância do planejamento em relação às ações a serem desenvolvidas;
- III – criticidade – representatividade do quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado; e
- IV – risco – possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

## **6. UNIDADES A SEREM AUDITADAS**

A relação das unidades a serem auditadas, bem como dos trabalhos respectivos, estão dispostos nos anexos I, II e III constantes deste PAA.

## **7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA**

Ao final do exercício e findo o prazo para execução dos trabalhos, referentes ao presente Plano de Auditoria, será elaborado o Relatório de Atividades de Auditoria (RAA).

Nesse documento constarão os relatos sobre as atividades de auditoria desenvolvidas no período, em função das ações planejadas, além de informações complementares acerca de ocorrências relevantes que exigiram a atuação desta Unidade de Auditoria Interna.

## **8. FISCALIZAÇÃO**

A atividade de fiscalização prevista no inciso III, do art. 2º da Resolução nº 171/2013-CNJ compreende a *“técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido e atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação dos resultados.”*

As fiscalizações previstas para o exercício de 2020 abrangem as áreas relacionadas no Plano de Auditoria de Longo Prazo, quais sejam, Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; Avaliação de controles internos; Avaliação de resultados; Gestão das contratações; Gestão de recursos humanos; Gestão da tecnologia da informação.

A equipe de trabalho aplicará nas fiscalizações a metodologia e as técnicas previstas na Resolução nº 171/2013-CNJ.

As ações de fiscalização para 2020 estão relacionadas nos anexos I, II e III.

## **9. OUTROS TRABALHOS**

Concomitante à vigência do PAA, poderão ser realizados outros trabalhos de auditoria, de fiscalização ou de inspeção, de acordo com a conveniência e a oportunidade ou quando solicitados pela Presidência ou pelo CNJ.

## **10. EQUIPE**

A Auditoria Interna conta com 8 auditores, 1 na função de coordenador, mais 1 técnico judiciário auxiliar, que executam as atividades concernentes especificadas no PAA e as ligadas à avaliação dos controles internos da Instituição, para a execução do presente plano, haverá a distribuição de atividades baseada nas habilidades e afinidades de cada auditor.

Florianópolis, 18/11/2019

Blévio Nunes  
Coordenador



## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo I - Procedimentos organizacionais do Tribunal de Justiça

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA Indicação da unidade auditada e do conhecimento específico exigido para realizar a auditoria.	RELEVÂNCIA Indicação da relevância para a Administração	CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA	OBJETIVO(S) Indicação dos resultados esperados e especificação de que forma a vulnerabilidade do objeto pode ser mitigada	ESCOPO Abrangência dos exames em relação ao objeto	PERÍODO DE EXECUÇÃO	AUDITORES ENVOLVIDOS
1	<b>Área auditada:</b> DGP/DRB - Rubricas da Folha de Pagamento. <b>Conhecimento Específico:</b> Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC específicos nomeação e cargos.	<b>Relevância:</b> cumprimento das normas e eficiência operacional.	Fiscalização e conformidade	Avaliar o processo de cálculo da folha de pagamento, integrando as Divisões/Seções envolvidas nos lançamentos dos dados pessoais e funcionais, buscando verificar a sua regularidade.	Envolve a conformidade das rubricas: auxílio saúde, exonerações, gratificação de substituição, recuperações, indenização de férias e licença prêmio, promoções analisadas e confrontadas com o registro funcional/processo/determinação legal correspondente, no que diz respeito a percentuais, valores, tipos e forma de lançamento na folha de pagamento.	janeiro a dezembro	3 auditores
2	<b>Área Auditada:</b> DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas. <b>Conhecimento Específico:</b> Constituição Federal; Legislação previdenciária IN TCE 11/2011.	<b>Relevância:</b> cumprimento de formalidades e preceitos constitucionais.	Fiscalização e conformidade	Fiscalização da gestão de recursos humanos: avaliação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, buscando evitar possíveis equívocos e/ou irregularidades.	Exame de todos os processos de admissão e os de concessão de aposentadoria.	janeiro a dezembro	2 auditores
3	<b>Área Auditada:</b> DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas. <b>Conhecimento Específico:</b> Lei Estadual nº 17406/2017, normativos internos.	<b>Relevância:</b> cumprimento de formalidades e procedimentos de acordo com a legislação.	Fiscalização e conformidade	Fiscalização da gestão de recursos humanos: avaliação dos critérios para resgate da quantidade dos períodos para indenização tanto de licenças-prêmio quanto de férias, buscando evitar possíveis equívocos e/ou irregularidades.	Exame dos períodos utilizados para o pagamento de indenizações	fevereiro a abril	3 auditores
4	<b>Área Auditada:</b> DEA - Diretoria de Engenharia e Arquitetura . <b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93 e Engenharia, Resolução n. 114/2010-CNJ, Resolução n. 44/2010-TJ.	<b>Relevância:</b> Necessidade de cumprimento de preceito legal.	Fiscalização	Avaliar a regularidade dos processos de pagamento de obras e legalidade dos procedimentos adotados, para evitar possíveis falhas.	Exame de todos os processo de pagamento de parcela de contrato de obra e seus aditivos.	janeiro a dezembro	2 auditores

5	<p><b>Área Auditada:</b> DEA - Diretoria de Engenharia e Arquitetura .</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93 e Engenharia, Resolução n. 114/2010-CNJ, Resolução n. 44/2010-TJ.</p>	<p><b>Relevância:</b> Necessidade de cumprimento de preceito legal.</p>	Fiscalização	Avaliar a regularidade dos processos de licitação de obras e legalidade dos procedimentos adotados, para evitar possíveis falhas.	Exame de todos os processo de licitação relativo à obras, inclusive projetos.	janeiro a dezembro	2 auditores
6	<p><b>Área Auditada:</b> DEA - Diretoria de Engenharia e Arquitetura .</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93 e Engenharia, Resolução n. 114/2010-CNJ, Resolução n. 44/2010-TJ.</p>	<p><b>Relevância:</b> Necessidade de cumprimento de preceito legal.</p>	Fiscalização	Conferir in loco as medições realizadas destinadas aos pagamentos de parcelas de obra bem como verificar o atendimento de cláusulas contratuais	Vistoria na obra de reforma do Forum da Comarca de Itajaí	maio	2 auditores
7	<p><b>Área Auditada:</b> DEA - Diretoria de Engenharia e Arquitetura .</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93 e Engenharia, Resolução n. 114/2010-CNJ, Resolução n. 44/2010-TJ.</p>	<p><b>Relevância:</b> Necessidade de cumprimento de preceito legal.</p>	Fiscalização	Conferir in loco as medições realizadas destinadas aos pagamentos de parcelas de obra bem como verificar o atendimento de cláusulas contratuais	Vistoria na obra de construção do novo Fórum de Timbó	abril	2 auditores
8	<p><b>Área Auditada:</b> DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93, Resolução 182/2013-CNJ, IN 04/2014.</p>	<p><b>Relevância:</b> Elevados valores envolvidos, criticidade dos serviços a serem mantidos e cumprimento de preceitos legais.</p>	Operacional	Avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviço continuado de gerência da infraestrutura de rede que compõem as soluções do AS, firewall, wireless, core da rede do Poder Judiciário Catarinense e serviço técnico especializado.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 38/2019, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	setembro a dezembro	3 auditores
9	<p><b>Área Auditada:</b> DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93, Resolução 182/2013-CNJ, IN 04/2014.</p>	<p><b>Relevância:</b> Importância dos serviços e cumprimento de preceitos legais.</p>	Operacional	Avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviços continuados referente à solução tecnológica de ferramenta de mensageria para e-Social e EFD-Reinf.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 148/2018, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, à entrega de documentação, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	fevereiro a maio	3 auditores

10	<p><b>Área Auditada:</b> DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93, Resolução 182/2013-CNJ, IN 04/2014.</p>	<p><b>Relevância:</b> Elevados valores envolvidos, importância dos serviços e cumprimento de preceitos legais.</p>	Operacional	Avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de Plataforma Analítica e de Inteligência Empresarial na modalidade SaaS.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 164/2018, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, à entrega de documentação, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	junho a agosto	3 auditores
11	<p><b>Área auditada:</b> DGP/DRB - Folha de Pagamento.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC.</p>	<p><b>Relevância:</b> Importância dos serviços, cumprimento de preceitos legais e regularidade dos valores pagos e descontados.</p>	Fiscalização	Fazer o acompanhamento dos procedimentos da Folha de Pagamento Mensal.	Verificar em cada mês os seguintes pontos: a) aplicação de tabelas, alíquotas, percentuais, valores de benefícios; b) Processos de Liquidação e Pagamento da Folha; c) Situação previdenciária - INSS/GFIP.	janeiro a dezembro	2 auditores
12	<p><b>Área auditada:</b> DMP_DOF_DGP/DGC - Contratos de Terceirização de Mão de Obra Continuada.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei 8666/93; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC.</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificação da regularidade e se procedimentos de acordo com a legislação.</p>	Fiscalização	Verificar mensalmente os processos de pagamento dos Contratos de Terceirização.	Averiguar a regularidade da instrução do processo de pagamento dos contratos de terceirização pela DGP, DMP e DOF.	janeiro a dezembro	2 auditores
13	<p><b>Área auditada:</b> DGP/DRB - Folha de Pagamento.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC.</p>	<p><b>Relevância:</b> Importância dos serviços e cumprimento de preceitos legais e regularidade dos valores pagos e descontados.</p>	Operacional	Fazer a verificação das regras de cálculo e dos controles internos adotados pela Divisão de Remuneração e Benefícios no cálculo das diferenças, com o objetivo de propor regras formalizadas em processo específico ou normativo próprio.	Processos de inclusão/exclusão/alteração de pagamentos e descontos.	janeiro a fevereiro	2 auditores



14	<p><b>Área auditada:</b> DMP_DOF_DGP/DGC - Contratos de Terceirização de Mão de Obra Continuada.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei 8666/93; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC.</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificação da regularidade dos procedimentos em face da normatização vigente.</p>	Conformidade	Procedimento de fiscalização dos contratos de terceirização de serviços com mão de obra continuada, como parte da atribuição da diretoria sobre o controle interno da atividade e como informação ao processo de pagamento.	Processos de licitação iniciados entre 2017 e 2018	março a maio	3 auditores
15	<p><b>Área auditada:</b> DMP - DOF - DIE/DT - Contrato 189/2017 (Manutenção da Frota e Abastecimento).</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei 8666/93; normativos internos do TJSC.</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificação da conformidade dos procedimentos de acordo com a legislação vigente.</p>	Conformidade	Verificar a regularidade da execução do contrato 189/2017	Verificar a regularidade da execução do contrato 189/2017	junho a agosto	3 auditores
16	<p><b>Área auditada:</b> DMP - DOF - DIE/DA - Pedidos e emissão de passagens aéreas.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Resolução GP 49/2015, contrato 136/2015.</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificação da conformidade dos procedimentos de acordo com a legislação vigente.</p>	Conformidade	Verificar se os procedimentos de solicitação e emissão de passagem aérea no âmbito do PJSC atende aos preceitos da Resolução GP n. 49, de 14 de dezembro/2015.	Pedidos de passagem aérea realizados em 2019	setembro a outubro	2 auditores
17	<p><b>Área auditada:</b> DMP_DOF_DGP/DGC - Contratos de Terceirização de Mão de Obra Continuada.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei 8666/93; Lei n. 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC.</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificação da regularidade dos procedimentos em face da normatização vigente.</p>	Operacional	Verificar se os procedimentos de fiscalização dos contratos, informados no processo de pagamento, atende aos requisitos de controle interno do setor de terceirizados da DGP.	Procedimentos de fiscalização realizados em 2019;	novembro a dezembro	2 auditores
18	<p><b>Área Auditada:</b> DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Código de Normas - CNEGJ; Sistema SAJ e Sistema e-Proc; Utilização da ferramenta BI</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificação da regularidade e prevenção de possíveis equívocos e fraudes.</p>	Fiscalização e Conformidade	Conferir a exatidão dos procedimentos para emissão de alvarás com autorização para saques no sistema SIDEJUD, utilizando-se de ferramenta desenvolvida no BI	Analisar a correlação entre partes/beneficiários/valor nos alvarás com saques emitidos entre 01/07/2019 a 31/12/2019	janeiro a dezembro	2 auditores

19	<p><b>Área Auditada:</b> DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Código de Normas - CNCGJ; Lei Estadual nº 17.654/2018; Sistema SAJ e Sistema e-Proc.</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificação da regularidade dos procedimentos adotados e prevenção de prejuízos ao erário.</p>	Fiscalização e Conformidade	Avaliar a exatidão dos cálculos e dos valores recolhidos à título de custas iniciais a partir da vigência da Lei Estadual nº 17.654/2018.	Exame por amostragem de guias emitidas a partir de 01/04/2019 nas Comarcas de Balneário Camboriú, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville, Lages e São Miguel do Oeste	janeiro a dezembro	2 auditores
20	<p><b>Área Auditada:</b> DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Orçamento e Contabilidade pública, LC 101/2000, a Portaria STN nº 403 de 28/06/2016 e a IN TCE 20/2015.</p>	<p><b>Relevância:</b> Cumprimento de formalidades e preceitos legais.</p>	Fiscalização	Verificar a regularidade dos valores descritos nos relatórios de gestão fiscal e se sua forma está de acordo com os normativos, bem como se os percentuais de despesas de pessoal estão dentro dos limites estabelecidos na Lei.	Exame quadrimestral dos processos que tratam do relatório de gestão fiscal	janeiro, maio e setembro	2 auditores
21	<p><b>Área Auditada:</b> DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças e Assessoria de Planejamento.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> PPA, LOA, orçamento, contabilidade pública e Instrução Normativa 20/15-TCE</p>	<p><b>Relevância:</b> cumprimento dos preceitos legais e verificação da gestão.</p>	Fiscalização	Realizar fiscalização da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional: Execução orçamentária; gestão financeira (aplicações, pagamentos, comportamento da receita e aplicações); exame de registros contábeis; avaliação dos controles e registros de bens patrimoniais; prestações de contas (diárias e adiantamentos); balancetes e balanço geral.	Exame por amostragem das operações contábil, orçamentária e financeira e total em relação as prestações de contas (adiantamento), balancetes e balanço geral	janeiro a dezembro	2 auditores
22	<p><b>Área Auditada:</b> DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças; Centrais de Mandados das Comarcas</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Código de Normas - CNCGJ; Lei Estadual nº 17.654/2018</p>	<p><b>Relevância:</b> Verificar a regularidade e a correta destinação dos valores repassados aos agentes</p>	Conformidade	Avaliar os pagamentos de conduções aos Oficiais de Justiça para mandados emitidos no sistema e-Proc	O exame ocorrerá por amostragem, contemplando todo o procedimento realizado, desde a antecipação do recolhimento até o efetivo pagamento ao oficial, compreendendo o período de 01/04/2019 a 31/12/2019, nas Comarcas de Capital, Palhoça e São José	janeiro a dezembro	2 auditores

23	<p><b>Área Auditada:</b> DOF - Diretoria de Orçamento e Finanças.</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Regimento de Custas, Lei n. 8067/90, Resolução n. 4/04-CM, Código de Normas da CGJ, Manual de perguntas e respostas do FRJ.</p>	<p><b>Relevância:</b> Elevados valores envolvidos, prevenção de prejuízo ao erário e orientação aos Delegatários.</p>	Fiscalização	Fiscalização dos atos praticados pelos cartórios extrajudiciais que incidem Fundo de Reaparelhamento da Justiça-FRJ.	Verificar, por amostragem, a regularidade nos recolhimentos destinados ao FRJ, efetuados pelas Serventias extrajudiciais relacionadas nos anexos II e III do presente PAA	janeiro a dezembro	3 auditores
24	<p><b>Área Auditada:</b></p> <p>Unidades vinculadas ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC</p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei nº 8.429/1992, demais normativos internos e externos pertinentes ao tema.</p>	<p><b>Relevância:</b> Mapeamento do nível de acessibilidade no TJSC</p>	Ação Coordenada de Auditoria - <b>CNJ</b>	Avaliação da política de acessibilidade dos Tribunais	Essa ação objetiva mapear o grau de acessibilidade dos órgãos do Poder Judiciário e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do acesso à Justiça às pessoas com deficiência.	abril a junho	2 auditores

## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo II - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias presenciais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	Auditor responsável
09 a 13/03/2020	São Joaquim	REGISTRO CIVIL	dez/14	43.725,16	3	Paulo Henrique Horn de Andrade
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	352.369,39		
	Urubici	REGISTRO CIVIL	dez/16	8.374,71		
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	86.473,15		
	Bom Retiro	REGISTRO CIVIL	dez/16	15.081,63		
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	103.013,86		
	Santo Amaro da Imperatriz	REGISTRO CIVIL	dez/15	72.126,52		
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/15	591.968,73		
	Tijucas	REGISTRO CIVIL	dez/16	126.937,65		
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	1.066.312,36		
14 a 19/04/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
20 a 24/04/2020	São Miguel do Oeste	REGISTRO CIVIL	dez/15	147.608,10	3	José Luciano Terhorst
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/15	832.832,08		
	Concórdia	REGISTRO CIVIL	dez/16	226.499,14		
		1º REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	698.002,99		
		2º REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	727.501,75		
	São Carlos	REGISTRO CIVIL	dez/14	32.659,61		
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/14	189.860,27		
	Palmitos	REGISTRO CIVIL	dez/14	52.525,30		
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/14	386.261,08		
	Descanso	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	223.168,50		
	Mondai	REGISTRO CIVIL	dez/14	25.696,50		
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	406.077,11		
25/04 a 10/05/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
11 a 15/05/2020	Sombrio	REGISTRO CIVIL	dez/14	44.378,43	3	Paulo Henrique Horn de Andrade
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	756.345,33		
	Urussanga	REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/15	731.276,63		
		REGISTRO CIVIL	dez/15	244.994,83		
	Santa Rosa do Sul	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	357.134,66		
	Turvo	REGISTRO CIVIL	dez/16	58.594,58		
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	310.725,65		
	Jaguaruna	REGISTRO CIVIL	dez/16	28.345,13		
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	279.569,59 + 60.134,60		

## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo II - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias presenciais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	Auditor responsável
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	279.509,99 + 66.134,00		
16/05 a 14/06/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
15 a 26/06/2020	Joinville	1º REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	4.572.086,99	3	José Luciano Terhorst
		1º TABELIONATO	dez/16	3.482.713,96		
		2º REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	2.452.497,65		
		2º TABELIONATO	dez/16	2.448.712,15		
		3º REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	1.766.610,66		
		3º TABELIONATO	dez/16	4.258.835,09		
	REGISTRO CIVIL	dez/16	1.560.695,87			
	Itapoá	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	1.043.941,16		
27/06 a 12/07/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
13 a 24/07/2020	Pomerode	REGISTRO CIVIL	dez/14	230.208,24	3	Paulo Henrique Horn de Andrade
		REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	784.359,68		
	Jaraguá do Sul	REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	3.925.400,76		
		REGISTRO CIVIL	dez/14	758.542,30		
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	750.673,17		
	Timbó	REG. CIVIL	dez/16	213.033,20		
		1º REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	429.736,55		
		2º REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	54.445,66		
	Gaspar	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/15	339.707,64		
	Camboriú	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/15	1.232.009,92		
TABELIONATO		dez/15	966.355,96			
18/07 a 09/08/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
10 a 14/08/2020	Capivari de Baixo	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	151.960,73	3	José Luciano Terhorst
	Garopaba	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/15	781.853,80		
	Laguna	REGISTRO CIVIL	dez/16	32.061,49		
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	594.526,03		
15/08 a 27/09/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				

## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo II - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias presenciais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	Auditor responsável
28/09 a 02/10/2020	Chapecó	REGISTRO CIVIL	dez/16	487.779,39	3	Paulo Henrique Horn de Andrade
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	3.458.215,75		
		1º TABELIONATO	dez/16	609.918,10		
		2º TABELIONATO	dez/16	1.593.792,83		
03 a 25/10/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
26 a 30/10/2020	Curitibanos	REGISTRO CIVIL	dez/15	79.982,57	3	José Luciano Terhorst
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/15	546.848,78		
	Videira	REGISTRO CIVIL	dez/15	331.236,17		
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/15	1.015.858,55		
	Papanduva	REGISTRO CIVIL	dez/16	12.340,41		
		REGISTRO DE IMOVEIS	dez/16	148.666,27		
Fraiburgo	REGISTRO CIVIL	dez/16	51.243,50			
	REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	327.668,43			
31/10 a 22/11/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
23 a 27/11/2020	Modelo	REGISTRO CIVIL e REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	259.446,52	3	Paulo Henrique Horn de Andrade
		REGISTRO CIVIL	dez/14	185.576,25		
	Xanxerê	REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/14	1.238.500,42		
		REGISTRO CIVIL	dez/16	24.233,65		
	Quilombo	REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	129.921,80		
		REGISTRO CIVIL	a partir de feve/16	32.285,81		
	Coronel Freitas	REGISTRO DE IMOVEIS	a partir de jan/16	180.219,73		
		REGISTRO CIVIL	dez/16	58.829,03		
Ponte Serrada	REGISTRO DE IMÓVEIS	dez/16	170.623,96			
28/11 a 19/12/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
<b>TOTAL DE SERVENTIAS</b>		<b>73</b>				

## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo III - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias virtuais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	Auditor responsável
10/02 a 17/04/2020	São Joaquim	TABELIONATO	dez/14	541.322,01	3	Paulo Henrique Horn de Andrade
		ESCR. BOM JARDIM DA SERRA	dez/14	163.813,72		
		ESCR. URUPEMA	dez/14	119.820,87		
	Urubici	TABELIONATO	dez/16	247.799,44		
		ESCR. RIO RUFINO	dez/16	9.218,62		
	Bom Retiro	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	131.070,77		
		ESCR. ALFREDO WAGNER	dez/16	152.981,54		
		ESCR. ARNÓPOLIS	dez/16	9.469,25		
		ESCR. DE CANOAS	dez/16	459,34		
	Santo Amaro da Imperatriz	TABELIONATO DE NOTAS	dez/15	680.820,86		
		ESCR. ÁGUAS MORNAS	dez/15	328.389,24		
		ESCR. ANITÁPOLIS	dez/15	58.899,18		
		ESCR. ANGELINA	dez/15	89.826,13		
		ESCR. BARRA CLARA	dez/15	2.830,09		
		ESCR. RANCHO QUEIMADO	dez/15	129.585,83		
	Tijucas	ESCR. SÃO BONIFÁCIO	dez/15	80.310,49		
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	821.429,59		
	São Miguel do Oeste	ESCR. DE CANELINHA	dez/16	206.012,88		
		TABELIONATO	dez/15	783.585,12		
		ESCR. DE BANDEIRANTE	dez/15	66.356,45		
		ESCR. BARRA BONITA	dez/15	46.971,75		
		ESCR. DE PARISO	dez/15	81.228,25		
	Concórdia	ESCR. DE GUARACIABA	dez/15	771.523,06		
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	1.469.907,24		
		ESCR. ALTO BELA VISTA	dez/16	15.124,67		
		ESCR. DE IRANI	dez/16	90.605,59		
		ESCR. PERITIBA	dez/16	56.922,88		
	São Carlos	ESCR. PRESIDENTE CASTELO BRANCO	dez/16	65.397,44		
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/15	160.797,09		
		ESCR. ÁGUAS DE CHAPECÓ	dez/15	110.080,44		
Palmitos	ESCR. CUNHATAÍ	dez/15	51.024,01			
	TABELIONATO DE NOTAS	dez/15	265.607,71			
Descanso	ESCR. CAIBI	dez/15	131.957,56			
	TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	448.000,28			
	ESCR. DE BELMONTE	dez/14	325.106,83			
	ESCR. DE SANTA HELENA	dez/14	23.257,35			
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	260.418,86		

## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo III - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias virtuais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	Auditor responsável
	Mondai	ESCR. IPORÃ DO OESTE	dez/14	323.644,21		
		ESCR. DE RIQUEZA	dez/14	38.814,70		
	Anchieta	TABELIONATO DE NOTAS	dez/12	318.761,69		
		ESCR. DE ROMELÂNDIA	dez/12	145.106,74		
	Campo Erê	TABELIONATO	dez/12	569.474,20		
27/04 a 10/05/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
15/06 a 12/07/2020	Sombrio	TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	748.964,40	3	José Luciano Terhorst
		ESCR. BALN. GAIVOTA	dez/14	530.319,83		
	Urussanga	TABELIONATO DE NOTAS	dez/15	211.135,95		
		ESCR. COCAL DO SUL	dez/15	378.055,25		
		ESCR. MORRO DA FUMAÇA	dez/15	243.420,49		
	Santa Rosa do Sul	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	51.814,71		
		ESCR. DE PRAIA GRANDE	dez/16	109.413,08		
		ESCR. PASSO DE TORRES	dez/16	294.414,55		
		ESCR. SÃO JOÃO DO SUL	dez/16	297.478,66		
	Turvo	TABELIONATO	dez/16	262.490,56		
		ESCR. DE ERMO	dez/16	275.257,95		
		ESCR. JACINTO MACHADO	dez/16	161.536,53		
		ESCR. TIMBÉ DO SUL	dez/16	73.974,20		
	Jaguaruna	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	457.428,62		
		ESCR. DE TREZE DE MAIO	dez/16	80.700,96		
		ESCR. DE SANGÃO	dez/16	317.782,51		
		ESCR. SÃO GABRIEL	dez/16	133.853,30		
	Joinville	ESCR. DE BOA VISTA	dez/16	457.718,98		
ESCR. DE PIRABEIRABA		dez/16	130.335,54			
Itapoá	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	1.109.658,06			
Araguari	ESCR. DE ITAPOCÚ	dez/12	418.425,80			
Navegantes	ESCR. DE LUÍS ALVES	dez/15	129.599,38			
São João Batista	ESCR. DE AGUTI	dez/12	1.434,27			
18/07 a 09/08/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
	Pomerode	TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	981.760,48		
	Jaraguá do Sul	ESCR. DE CORUPÁ	dez/14	2.493.456,43		
		TABELIONATO	dez/16	704.001,11		



## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo III - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias virtuais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	Auditor responsável
10/08 a 27/09/2020	Timbó	ESCR. DE BENEDITO NOVO	dez/16	214.549,28	3	Paulo Henrique Horn de Andrade
		ESCR. DE CEDRO ALTO	dez/16	636,00		
		ESCR. DOUTOR PEDRINHO	dez/16	105.457,11		
		ESCR. RIO DO CEDRO	dez/16	305.321,86		
	Gaspar	TABELIONATO DE NOTAS	dez/15	1.272.675,10		
		ESCR. DE ILHOTA	dez/15	164.867,11		
	Capivari de baixo	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	242.922,24		
	Garopaba	TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	967.282,02		
		ESCR. DE PAUO LOPES	dez/14	52.391,97		
	Laguna	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	395.271,25		
		ESCR. DE. PESCARIA BRAVA	dez/16	968.050,22		
		ESCR. RIBEIRÃO PEQUENO	dez/16	150.122,38		
	Chapecó	ESCR. CORDILHEIRA ALTA	dez/16	142.031,81		
		ESCR. CAXAMBÚ DO SUL	dez/16	113.246,39		
		ESCR. GUATAMBÚ	dez/16	282.419,47		
		ESCR. ITABERABA	dez/16	111.385,81		
		ESCR. PLANALTO ALEGRE	dez/16	219.168,00		
		ESCR. SEDE FIGUEIRA	dez/16	502.691,44		
		ESCR. MARECHAL BORMANN	dez/16	1.235.569,10		
	Papanduva	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	171.898,70		
		ESCR. MONTE CASTELO	dez/16	99.501,69		
		ESCR. NOVA CULTURA	dez/09	264,00		
	Fraiburgo	TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	573.018,89		
ESCR. DE MONTE CARLO		dez/16	84.306,97			
Taió	ESCR. DE MIRIM DOCE	dez/13	129.075,90			
05 a 09/10/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
	Curitibanos	1º TABELIONATO DE NOTAS	dez/15	385.310,26		
		2º TABELIONATO DE NOTAS	dez/15	322.066,61		
		ESCR. DE FREI ROGÉRIO	dez/15	97.502,52		
		ESCR. PONTE ALTA DO NORTE	dez/15	43.842,36		
	Videira	ESCR. SÃO CRISTOVÃO DO SUL	dez/15	32.474,65		
		TABELIONATO	dez/15	774.024,42		
		ESCR. DE ANTA GORDA	dez/15	72.090,77		
		ESCR. DE ARROIO TRINTA	dez/15	122.244,05		
		ESCR. DE IOMERÉ	dez/15	242.448,85		
		ESCR. DE RIO DAS PEDRAS	dez/15	271.650,36		

## PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2020

### Anexo III - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias virtuais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	Auditor responsável
12/10 a 22/11/2020	Modelo	ESCR. DE SALTO VELOSO	dez/15	57.438,11	3	José Luciano Terhorst
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	214.004,23		
		ESCR. BOM JESUS D'OESTE	dez/14	88.969,52		
		ESCR. SERRA ALTA	dez/14	95.593,06		
	Xanxerê	ESCR. SUL BRASIL	dez/14	59.550,09		
		1º TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	771.836,66		
		2º TABELIONATO DE NOTAS	dez/14	1.026.888,61		
	Quilombo	ESCR. FAXINAL DOS GUEDES	dez/14	216.062,20		
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	174.418,22		
	Coronel Freitas	ESCR. DE IRATI	dez/16	90.144,90		
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	166.730,19		
		ESCR. DE ÁGUAS FRIAS	dez/16	288.521,00		
		ESCR. DE JARDINÓPOLIS	dez/15	110.965,69		
	Ponte Serrada	ESCR. UNIÃO DO OESTE	dez/15	149.585,72		
		TABELIONATO DE NOTAS	dez/16	132.110,97		
		ESCR. DE PASSOS MAIA	dez/16	37.015,58		
	Dionísio Cerqueira	ESCR. DE VARGEÃO	dez/16	57.143,65		
		ESCR. DE PALMA SOLA	dez/12	268.587,00		
São José do Cedro	ESCR. DE PRINCESA	dez/15	107.594,56			
	ESCR. DE GUARUJÁ DO SUL	dez/15	98.753,18			
09 a 20/12/2020	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
<b>TOTAL DE SERVENTIAS</b>		<b>123</b>				